

UM SANTO JESUÍTA NO BRASIL

uma análise política do processo de beatificação de José de Anchieta (século XVII)

Camila Corrêa e Silva de Freitas¹

Pouco tempo após a morte do padre José de Anchieta na capitania do Espírito Santo, em 1597, a província brasileira da Companhia de Jesus deu início a um longo caminho de mobilizações no sentido de divulgar a imagem de Anchieta como santo e defender a sua beatificação e posterior canonização. A primeira iniciativa partiu do próprio padre provincial da Companhia no Brasil, Pero Rodrigues, que ordenou ao companheiro Quirício Caxa, mestre em Teologia Moral e ex-vice-reitor do colégio da Companhia na Bahia, a escrever um relato sobre a vida e a morte do padre Anchieta. O texto, ao que parece, pelas palavras do padre Fernão Cardim, provincial que sucedeu Pero Rodrigues, constituía o primeiro movimento de divulgação da vida e obra de Anchieta entre os jesuítas da Europa.

No ano de mil quinhentos e noventa e oito, fui eleito na Congregação Provincial para ir tratar com V.P. cousas de importância, para bem desta província do Brasil, e entre outros papéis levei um da vida do padre José de Anchieta, cuja memória in benedictione est, escrita pelo padre Quirício Caxa conforme as informações muito certas, que o padre Pero Roiz sendo Provincial, lhe deu por escrito, de padres nossos que com o padre José trataram, em diversas casas desta costa. Foi lida nos Colégios de Portugal, em Roma e outras partes com admiração dos nossos, e causou novos desejos de perfeição, ouvirem tão raros exemplos de virtude.(ROIZ, 1955:9-10)

O texto de Caxa apresenta-se como movimento de divulgação da figura do padre Anchieta e da província do Brasil e segue a orientação comum dos textos de divulgação das ordens religiosas e de suas províncias à época: a ênfase nas virtudes cristãs e o objetivo da exemplaridade. O exemplo das ações heróicas de Anchieta, do pleno exercício das virtudes cristãs e de sua devoção completa à missão evangelizadora deveria conquistar os religiosos da Companhia na Europa e atraí-los para a província brasileira, então bastante carente de missionários. Era a perspectiva espiritual básica do jesuíta que era mobilizada: salvar o outro para salvar a si². O texto também defende, em

¹ Mestre em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHIS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

² PAVONE, Sabina. *I gesuiti. Dalle origini alla soppressione*. Roma-Bari: Editora Laterza, 2004.

diversos momentos, as adaptações feitas pelos missionários à catequese face às dificuldades encontradas, e as justifica pelas vitórias alcançadas entre os índios. A postura contrária de Anchieta ao cativo dos indígenas pelos portugueses e sua repreensão pública aos colonos não são deixados de lado por Caxa, o que indica a importância da questão para a província brasileira.

Enfim, o tom predominante do texto de Quirício Caxa é o da edificação e o da exemplaridade, como o mesmo confirma ao finalizar a obra:

O que com o que está contado se pretende é, que, pois sabemos o caminho por onde foi e os meios de que usou para alcançar tanta virtude e perfeição, ponhamos os pés nas pegadas, que ele nos deixou sinaladas, e procuremos ser fiéis a Deus e verdadeiros filhos da Companhia, porque, sem dúvida, por aí iremos parar no lugar onde ele agora está, gozando daquele que tantas mercês lhe fez e com tantas bênçãos o proveu. Amém. (CAXA, 1957:77)

O espírito de profecia, os milagres e a fama de santidade, tão explorados no texto do segundo biógrafo de Anchieta, foram apenas superficialmente abordados por Caxa, uma vez que ressaltá-los não parecia ser o seu objetivo.

A segunda biografia de Anchieta, obra encomendada pelo padre provincial Fernão Cardim, é de autoria do padre Pero Rodrigues ou Roiz, e dá continuidade ao esforço da província brasileira em divulgar não apenas a figura de Anchieta como as realizações e virtudes de seus membros em geral³. Concluída em 1606, Rodrigues preocupou-se em autorizar sua obra com o acréscimo de testemunhos de pessoas de fora da Companhia, “antigas e graves”, organizados juridicamente pelo prelado administrador do Rio de Janeiro. Apesar de enfatizar a função exemplar do texto sobre a vida e as virtudes de Anchieta, as primeiras palavras de Roiz deixa claro que trata-se da divulgação da vida de um “santo”⁴. Estruturada como as hagiografias da época, neste caso em quatro livros que tratam da vida, das virtudes, das profecias e dos milagres de

³ “... é de confiar que o mesmo Deus que assim se comunicou a este santo varão o faz e fará a outros, para que, também, desta parte do mundo saiam, e sejam conhecidos, varões ilustres no serviço de Deus e conversão da gentildade, para maior glória do mesmo senhor”. In: Carta do Padre Pero Roiz aos padres e Irmãos da Companhia de Jesus. In: ROIZ, Pero. *Vida do Padre José de Anchieta da Companhia de Jesus*. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1955. p.13.

⁴ “Os que escrevem vidas de varões santos, em Europa, tem por trabalho escusado, declarar a antiguidade das Províncias, e de como foram povoadas as vilas e cidades que os Santos ilustraram, com obras e exemplos de suas heróicas virtudes (...) pelo que começamos a tratar como foram povoadas as capitánias desta costa...”. Ibid. p.17.

José de Anchieta, a obra narra cronologicamente a trajetória do religioso. De maneira muito mais detalhada do que fizera Caxa, Rodrigues destaca a participação direta de Anchieta nas questões políticas da América Portuguesa de seu tempo, como a invasão francesa, os ataques tamoios, as alianças entre portugueses e indígenas e a ocupação do território pelos lusos. Além do papel político central atribuído ao jesuíta, Rodrigues trata longamente dos numerosos casos de milagres e profecias testemunhados por religiosos e seculares. O autor não somente se refere constantemente a Anchieta como “santo” e destaca o que ele considera provas de santidade, como declara abertamente o intuito central de sua obra.

Bendito seja Deus em seus Santos, e permita que este bem aventurado seja com brevidade ilustrado, com a beatificação e canonização da Igreja Santíssima Romana, para glória do mesmo Senhor, e proveito dos cristãos, em especial de seus devotos como merecem tão e heróicas virtudes e milagres. (ROIZ, 1955: 209)

A biografia de Pero Rodrigues foi, sem dúvida, muito bem sucedida no propósito de propagar tanto o conhecimento da vida e da obra de Anchieta quanto em divulgar sua fama de santidade. Circulando através da rede de residências e colégios jesuíticos em toda a Europa, a obra de Rodrigues serviu de base para traduções e novas biografias publicadas nos anos seguintes em latim, castelhano, francês e italiano⁵. Das treze biografias produzidas desde a morte de Anchieta ao fim do século XVII, inclusive a de Caxa e a de Rodrigues, nove delas tomaram a obra do segundo biógrafo como, pelo menos, ponto de partida, muitas incorporando inclusive a defesa do status de “santo” do jesuíta e a validade de seus milagres⁶. A existência de um número significativo de biografias produzidas sobre um mesmo sujeito em curto espaço de tempo nos parece indicativo do grau de conhecimento e interesse fora da Província do Brasil em José de Anchieta. Se considerarmos que destas nove obras biográficas/hagiográficas, oito são de

⁵ BARBOSA, Maria de Fátima Medeiros. *As letras e a cruz: pedagogia da fé e estética religiosa na experiência missionária de José de Anchieta, S.J. (1534-1597)*. Roma: Editrice Pontificia Università Gregoriana, 2006, p.9-12; Cf. LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro/Lisboa: INL/Portugália, 1938-1950. v. 8, p.34-42.

⁶ Podemos citar como exemplos “La Vie Miraculeuse Du P.Joseph Ancheta...”, 1619; “Eloge du P. Joseph Anquieta ... le quel mourut au Brésil ... laissant um bruit universel de as Sainteté”, 1624; “Elogio del P. Giuseppe Anchieta della Compagnia di Gesù il quale com generale opinione di Santità e di miracoli...”, 1631, entre outros. In: LEITE. op.cit. p.34-35.

autoria de membros da Companhia de Jesus, podemos concluir que havia ao menos algum apoio da Ordem à intenção da província brasileira em canonizar um membro seu.

Dentro da Companhia de Jesus, a narrativa da vida de santos ou de candidatos a santos ganhou força e corpo no generalato de Cláudio Acquaviva (1581-1615), interlocutor dos padres provinciais do Brasil quando da elaboração das duas primeiras biografias anchietanas. Após quase meio século de existência e da contínua expansão de suas atividades nos mais diversos lugares do mundo, os jesuítas iniciaram a construção de uma história da Ordem em fins do século XVI. A criação de um registro historiográfico da Companhia, no qual figurassem suas glórias e triunfos em suas missões evangelizadoras, seria expressão, para alguns estudiosos, da preocupação da Sociedade de Jesus em afirmar-se frente a outras ordens mais tradicionais, como os beneditinos e os dominicanos, críticos constantes das interpretações teológicas e das estratégias de intervenção dos jesuítas. A escrita hagiográfica teria aparecido e sido sistematizada dentro da Companhia por conta do mesmo tipo de preocupação. A construção de um panteão próprio de santos e mártires seria um caminho para afirmar a descendência divina do Instituto e, portanto, a validade de suas ações. Como seria de se esperar, a construção da santidade do fundador da Ordem, Inácio de Loyola, foi o objetivo dos primeiros escritos hagiográficos jesuítas. Contudo, para além da intenção de apresentar um retrato moral exemplar e que suscitasse a imitação das principais figuras do Instituto, as obras hagiográficas jesuíticas de fins do século XVI e princípios do XVII enalteciam a “vocação missionária” da Companhia, evidenciada pela ação global de seus padres e que servia como forte elemento de propaganda e fortalecimento da Sociedade de Jesus na Europa. Foram diversas as obras de divulgação das missões da Companhia de Jesus, principalmente no Oriente, publicadas ao longo do século XVII. Entre elas podemos destacar as biografias de Francisco Xavier e as de José de Anchieta⁷.

⁷ Cf. BERTELLI, Sergio. *Rebeldes, libertinos y ortodoxos en el Barroco*. Barcelona: Ediciones Península, 1984. p. 89-109. Como destaca a professora Zulmira dos Santos, diversas obras de divulgação da obra missionária da Companhia de Jesus, principalmente no Oriente, foram publicadas ao longo do século XVII: *História da vida do padre Francisco Xavier e do que fizeram na Índia os mais religiosos da Companhia de Jesus*, do padre João de Lucena, S.J., impresso em 1600; *Relação das cousas que fizeram os padres da Companhia de Jesus na Índia e no Japão nos anos de 600 e 601*, do padre Fernão Guerreiro, S.J. (1603); *Elogios e Ramalhetes de flores borrifado com o sangue dos religiosos da Companhia de Jesus a quem os tyranos do império do Japão tirarão as vidas por ódio*

A canonização de Inácio de Loyola e de Francisco Xavier em 1622, cerca de setenta anos após suas mortes, sem dúvida fortaleceu a Companhia e o *modus procedendi* jesuítico frente a seus críticos na Europa. A disseminação da palavra de Cristo e da autoridade da Igreja Católica Romana pelo mundo através das missões evangelizadoras resultava, assim, em acréscimo de prestígio da Ordem junto ao Papado e à Europa cristã. Francisco de Borja, terceiro padre geral da Companhia, também foi canonizado no século XVII, em 1671, quase cem anos após seu falecimento, e, curiosamente, trinta e três padres e irmãos jesuítas, mortos entre 1617 e 1632 no Japão, foram beatificados em 1687, pouquíssimo tempo para tal reconhecimento. No entanto, se a força e a fama dos jesuítas cresciam na Europa em função das glórias e martírios no Oriente, a missão das Índias Ocidentais também queria um santo para si. Em paralelo às muitas publicações, traduções e reedições da vida de Anchieta entre as décadas de 1610 e 1640, a província do Brasil tomou providências para dar início à causa de beatificação do companheiro. Reunida no colégio da Bahia em 1618, a Congregação Provincial dos Jesuítas do Brasil formulou um “Postulado”, enviado à Roma, com o fim de introduzir a causa⁸. Entre 1620 e 1623, os primeiros processos diocesanos foram remetidos à Roma. No entanto, o andamento da causa sofreu uma primeira paralisação em 1634, sendo retomada apenas em 1647. O motivo, segundo alguns autores, teria sido a reforma da legislação canônica quanto aos processos das causas dos santos. O responsável pelas transformações que dificultaram o reconhecimento oficial de um santo, o Papa Urbano VIII, decretou, em 1634, que um período de cinquenta anos deveria ser guardado entre a morte do candidato e o início do processo de beatificação, além de proibir, em 1642, o culto público a quem não tivesse sua santidade provada⁹. Em 1652, a instauração de um processo que comprovava a não existência de culto público a Anchieta foi acompanhada da concessão do título de “Servo de Deus” ao padre, decretado pelo Papa Inocêncio X.

da fé Católica com o catálogo de todos os religiosos, e Seculares, que por odio da mesma fé foram mortos naquele império até o ano de 1640, tradução do padre Guerreiro (1650). In: SANTOS, Zulmira Coelho dos. “Em busca do paraíso perdido: a *Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil* de Simão de Vasconcelos, S.J.”, in: CARVALHO, José Adriano de Freitas [dir.]. *Quando os frades faziam História*. Porto: Centro universitário de História da espiritualidade, 2001. p. 152.

⁸ FLECK, Eliane Cristina Deckmann. “Beato, sim! Santo, não! José de Anchieta, de Apóstolo e Taumaturgo do Brasil a construtor da nacionalidade”. In: *CLIO*. Revista de Pesquisa Histórica. Recife: Ed.Universitária da UFPE, 2009, n.27-2, p.32.

⁹ *Ibid*, p.33; Cf. MOUTINHO, Pe. Murillo. *A causa de beatificação do pe. Anchieta*. São Paulo: Edições Loyola, 1980, p.13.

O processo da causa de beatificação parece ter seguido sem interrupções até 1668, quando a própria Companhia de Jesus encaminhou um pedido de suspensão do mesmo¹⁰.

Algumas poucas hipóteses sobre os motivos para tal requisição de suspensão foram levantadas por alguns pesquisadores, como o padre Murillo Moutinho. Segundo ele, a suspensão estaria relacionada à falta de recursos financeiros para as onerosas despesas processuais, tendo em vista a má situação financeira de Portugal e do Brasil, após as guerras contra Holanda e Espanha e ao desastrado reinado de D. Afonso VI, além de problemas internos da Companhia de Jesus no Brasil¹¹. A causa de Anchieta só foi retomada em 1702.

A fim de refletir sobre os motivos que mobilizaram os companheiros da província brasileira a defender a santidade de Anchieta e empreender esforços variados para o reconhecimento oficial deste “santo”, tomaremos como ponto de partida a terceira biografia sobre o padre elaborada na província, a *Vida do Venerável Padre José de Anchieta da Companhia de Jesus*, do também jesuíta Simão de Vasconcelos, publicada em 1672.

Também baseada na biografia de Pero Rodrigues, como tantas outras, apesar de desdenhá-la afirmando ter sido feita às pressas, é evidente que não apenas a narrativa da trajetória cronológica do nascimento à morte de Anchieta é basicamente a mesma em Rodrigues e em Vasconcelos, mas os milagres, as profecias e as virtudes a ele atribuídos também se igualam. O Anchieta de Rodrigues é também defensor da conversão dos índios e feroz opositor de seu cativo violento e injusto, como aparece na obra de Simão; e ambos os autores apresentam uma extensa relação de casos testemunhados das “maravilhas” ocorridas com moradores e índios por meio de Anchieta.

Podemos estabelecer duas chaves de interpretação para a caracterização do “santo” Anchieta apresentado por Vasconcelos: o santo missionário e o realizador de milagres e profecias ligadas à população portuguesa.

¹⁰ FLECK, op.cit. p.33.

¹¹ MOUTINHO, op.cit., p.14.

É claro que a narrativa do padre Vasconcelos também cumpre uma função exemplar, comum a obras deste tipo. No entanto, os incontáveis elogios ao “santo” Anchieta não se explicam pelo sucesso na salvação espiritual dos índios. Eles representam o elogio e a defesa do tipo de ação missionária que Simão defendia para os membros da Ordem no Brasil: a missão como tutela espiritual e civil da população indígena, e, conseqüentemente, a manutenção de atividades de autofinanciamento da missão, que pressupunham um alto grau de envolvimento em questões temporais. Propôr o reconhecimento de um santo missionário implicava, assim, tanto a defesa da continuidade do controle religioso e político exercido sobre a população indígena pelos jesuítas quanto o seu envolvimento direto nas mais diversas atividades da América Portuguesa, inclusive econômicas.

A originalidade da missão brasileira, materializada nos aldeamentos e na intensa participação dos padres na economia da América Portuguesa enquanto proprietários de terras e de escravos e comerciantes, causou diversos conflitos entre a Companhia de Jesus no Brasil e moradores, autoridades civis e religiosas locais, além de discordâncias, repreensões e tentativas de intervenção por parte da Cúria Geral da Ordem. As tensões, vividas principalmente na segunda metade do século XVII, deram origem a expulsões provisórias dos padres de algumas regiões do Brasil e a demandas por maior autonomia de decisão da província junto ao comando geral da Companhia.

A despeito dos conflitos localizados em áreas como São Vicente e Maranhão entre jesuítas e moradores, o prestígio, a influência, as alianças e a participação da Companhia na vida dos habitantes de algumas regiões, como a Bahia e o Rio de Janeiro, ampliavam-se. Nesse sentido, as demandas por maior autonomia também se relacionavam aos interesses da Ordem em aumentar seu prestígio e influência no Brasil através da ampliação da quantidade de seus membros, o que incluía filhos de homens ilustres da América Portuguesa, mas de sangue indígena. O pedido de ampliação, contudo, também refletia a necessidade crescente dos portugueses do Brasil por religiosos que os assistissem, visto o encolhimento do clero secular. E aqui devemos dar uma breve explicação. A independência portuguesa de Castela, feita por um grupo ligado ao duque de Bragança em 1640, não fora reconhecida pela Santa Sé, o que, em termos práticos, significava a não nomeação pontifícia dos bispos indicados pelo rei de

Portugal¹². Consequentemente, na década de 1660, por exemplo, apenas um bispo português reconhecido por Roma estava vivo, o que não era suficiente para ordenar padres que suprissem as necessidades religiosas da população de Portugal e de seus territórios ultramarinos. A situação favoreceu um crescimento substancial do número de membros da Companhia de Jesus admitidos no Brasil, principalmente nas cidades, onde se concentrava a população de origem lusa, a despeito de uma autorização formal do governo geral da Ordem. Entre 1655 e 1663, cinquenta e sete novos membros foram admitidos, quando o previsto seriam trinta e seis, sendo que vinte e seis tornaram-se membros da Companhia no governo de Simão de Vasconcelos como provincial da Ordem no Brasil (1655-1658)¹³.

Fosse admitindo mais naturais do Brasil, fosse atuando nas missas, cerimônias, procissões e confissões para moradores e autoridades civis, a Sociedade de Jesus no Brasil punha em prática estratégias que lhe pareciam mais adequadas para fortalecer laços e alianças políticas que lhe permitisse, por um lado, manter sua política de aldeamentos, muito questionada em certas partes da América Portuguesa, e, por outro, exercer certa influência sobre a organização e funcionamento daquela sociedade de maneira geral. Afirmar de diversas maneiras a excelência dos membros da Ordem no Brasil, cuja culminância encontramos na ampla argumentação pró-canonização de José de Anchieta, faz parte de um esforço do padre Simão de Vasconcelos em glorificar e divulgar a província brasileira, e, em última instância, justificar suas ações. A operação discursiva relacionava-se a duas esferas de interação da Companhia de Jesus do Brasil: a do governo português e a do governo da Ordem. Ao povoar a província brasileira de homens “santos” e religiosos exemplares, Vasconcelos granjeava a continuidade da boa vontade do rei e do governo português em relação às atividades da Companhia no Brasil, constantemente criticadas por moradores e autoridades locais. Ao mesmo tempo, Simão respondia às acusações da Cúria romana sobre o afastamento espiritual dos

¹² CAMENIETZKI, Carlos Ziller. *O Papa, os Bispos e os Reis*. A restauração da independência política de Portugal e o problema da Igreja Lusitana (1640-1668) (artigo ainda não publicado).

¹³ Segundo Ziller, apenas o bispo de Targa, D. Francisco de Sottomaior, estava vivo em 1662. Cf. CAMENIETZKI, Carlos Ziller. “O Paraíso Proibido. A censura à *Chronica* de Simão de Vasconcelos em 1663”. In: FIGUEROA, Luis Milliones; LEDEZMA, Domingo (org.). *El saber de los jesuitas, historias naturales y el Nuevo Mundo*. Madrid: Iberoamericana, 2002. p.119.

missionários por conta do envolvimento em atividades temporais. Em uma província repleta de exemplos de “santidade”, nesse caso representados na vida de Anchieta, as opções missionárias, que envolviam atividades seculares, não teriam atingido o compromisso espiritual da missão, e, portanto, não justificavam intervenções externas ou críticas. A canonização de Anchieta representaria um tipo de reconhecimento de grande repercussão da excelência dos varões do Brasil, refletida em suas ações, as legitimaria frente a seculares e religiosos, e justificaria a autonomia da província, defendida por Vasconcelos.

Por outro lado, o jesuíta também era “santo” por conta dos incontáveis casos de milagres e profecias. E ao observarmos aqueles que recebem as curas milagrosas, ou são alvo de revelações e profecias, não há dúvidas: a maioria das curas, milagres e revelações que acalmavam os aflitos ou preveniam desgraças são dirigidos aos portugueses. Na narrativa tanto de Rodrigues quanto de Vasconcelos, o “santo” jesuíta cura, salva, cuida, beneficia e orienta majoritariamente moradores e autoridades com seus dons extraordinários, o que teria lhe conferido não apenas fama, mas respeito, obediência e gratidão por parte da população. Através da narrativa dos milagres, Vasconcelos destaca um outro aspecto da atuação dos jesuítas que não a missão: a assistência prestada aos moradores. Ainda que percorrendo a província em visitas a aldeias ou empenhados em missões, é invariavelmente nas vilas e cidades e entre os moradores que o “santo” protagonista parece mais estar. O padre Simão apresenta ao seu leitor uma Companhia de Jesus no Brasil voltada para o bem dos portugueses. E talvez quisesse destacar principalmente isso. Ou seja, ao lado da imagem missionária que a Companhia construía para si em todo o mundo, a partir da evangelização de hereges, infiéis e pagãos, e que o próprio Vasconcelos também construiu para a província brasileira, o padre apresenta nesta biografia uma Companhia de Jesus fundamentalmente urbana, voltada para os portugueses e positivamente influente. Diferente de outras obras biográficas feitas na província¹⁴, contudo, Vasconcelos não restringe os benefícios “miraculosos” feitos à população ao âmbito particular e individual. São vários os casos de “maravilhas” operadas pelo “santo” relacionados diretamente a aspectos militares, políticos e econômicos do Brasil e de Portugal.

¹⁴ Referimo-nos aqui à “Breve Relação...” do padre Quirício Caxa e à “Vida do Padre José de Anchieta”, do padre Pero Roiz, acima comentadas.

(...) noutro tempo diverso, estando a terra em paz e sossego, levado de espírito mais eficaz, chamou com a mesma pressa o porteiro, mandando-lhe que subisse à torre dos sinos e tocasse alarma; fê-lo assim e ao som do sino se perturbou a vila, não entendendo o novo modo de sinal, que saía da casa dos padres. Vieram perguntar a causa. Respondeu-lhe José: guardem vossas mercês a vila, estejam em arma porque amanhã terão inimigos consigo. Deram crédito, como costumavam, à profecia, dispuseram as coisas importantes; eis que no próprio dia seguinte entram no porto inimigos, saltam em terra e, principiando hostilidades, viram a vila posta em defesa, quando cuidavam vinham de repente; não ousaram acometê-la e tornaram a sair sem efeito. Tanto monta a prevenção solícita e tanto montou o aviso antecedente de José, a quem ficaram os moradores muito obrigados, e ficou célebre o caso (...). (VASCONCELOS, 1953: 318-319)

Nesse sentido, analisando exemplos de “maravilhas” operadas pelo “santo” padre, torna-se mais nítido que, na narrativa de Simão de Vasconcelos, as intervenções dos jesuítas assumem a forma de milagres e revelações, e concernem em última instância à participação direta no governo político dos portugueses. A influência dos jesuítas em assuntos temporais através de suas profecias e milagres é apresentada como consensualmente benéfica entre os moradores.

Vestido de “santo”, o padre José de Anchieta é apresentado como exemplo maior das virtudes cristãs e, justamente por isso, teria o direito e o dever moral de orientar os cristãos, índios e portugueses em quaisquer questões com vistas à sua salvação espiritual. Anchieta, de fato, representa os jesuítas do Brasil de modo geral, e sua alegada “santidade”, no discurso do padre Simão, cumpre uma função de fortalecimento e justificação do projeto político para a Companhia na América Portuguesa, defendido pelo autor e baseado na autonomia de decisões da província brasileira, na estrutura dos colégios, aldeamentos e fazendas e no papel tutelar que seus membros deveriam desempenhar junto aos cristãos, índios e portugueses.

A articulação entre a política de aldeamentos e a ampla participação dos jesuítas no funcionamento da sociedade que se formara na América Portuguesa ao projeto de beatificação e canonização de José de Anchieta, iniciada com a biografia de Rodrigues e intensificada com a biografia de Vasconcelos parece ter se enfraquecido nas últimas décadas do século XVII. Não por acaso, o processo de beatificação foi suspenso por ordem da própria Companhia de Jesus em 1668, antes mesmo da publicação da biografia do padre Simão ser publicada. Na década de 1660, a intensificação das

tensões internas à província jesuítica brasileira sobre o tipo de atuação dos missionários do Brasil foi acompanhada por uma forte reação interventora da cúria romana frente à expulsão do visitador Jacinto de Magistris, em 1663. A partir de 1664 foram enviados para a província brasileira vinte e cinco missionários não portugueses que apoiavam a separação definitiva entre o exercício do poder espiritual e o poder temporal, por eles rejeitado. O grupo, cujo um dos principais representantes era Giovanni Antonio Andreoni, ganhou força dentro da Companhia durante a década de 1680. Favoráveis a um tipo de atuação mais próxima ao proposto pelas Constituições de Santo Inácio, isto é, colégio, residência e missão, colaboraram para reorientar a ação da Companhia no Brasil e no Estado do Maranhão no sentido de desvincular a gestão temporal dos aldeamentos das ocupações da Ordem. O intento finalmente se concretizou com a publicação em 1686 e 1696 das novas leis de administração dos índios, passada para particulares¹⁵.

Referências Bibliográficas

- BARBOSA, Maria de Fátima Medeiros. *As letras e a cruz: pedagogia da fé e estética religiosa na experiência missionária de José de Anchieta, S.J. (1534-1597)*. Roma: Editrice Pontificia Università Gregoriana, 2006.
- BERTELLI, Sergio. *Rebeldes, libertinos y ortodoxos en el Barroco*. Barcelona: Ediciones Península, 1984.
- CAMENIETZKI, Carlos Ziller. “O Paraíso Proibido. A censura à *Chronica* de Simão de Vasconcelos em 1663”. In: FIGUEROA, Luis Milliones; LEDEZMA, Domingo (org.). *El saber de los jesuítas, historias naturales y el Nuevo Mundo*. Madrid: Iberoamericana, 2002, p. 109-134.
- CAXA, Quirício. *Vida e morte do padre José de Anchieta*. Introdução e aparato crítico de Joaquim Ribeiro. Rio de Janeiro: Prefeitura do Distrito Federal/Secretaria Geral de Educação e Cultura, 1957.

¹⁵ ZERON, Carlos Alberto; RUIZ, Rafael. “A força do costume, de acordo com a Apologia pro Paulistis (1684)”. In: ALMEIDA, M.; VERGARA, M. (Orgs.). *Ciência, história e historiografia*. São Paulo: Via Lettera, 2008, p.374-375. A Coroa de Portugal retirou o controle dos aldeamentos reais dos jesuitas em 1686, por meio do Regimento das Missões, e em 1694, por intermédio das Administrações do Sul.

- FLECK, Eliane Cristina Deckmann. “Beato, sim! Santo, não! José de Anchieta, de Apóstolo e Taumaturgo do Brasil a construtor da nacionalidade”. In: *CLIO*. Revista de Pesquisa Histórica. Recife: Ed.Universitária da UFPE, 2009, n.27-2, p.9-50.
- LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro/Lisboa: INL/Portugália, 1938-1950, v. 8, p.34-42.
- MOUTINHO, Pe. Murillo. *A causa de beatificação do pe. Anchieta*. São Paulo: Edições Loyola, 1980
- PAVONE, Sabina. *I gesuiti*. Dalle origini alla soppressione. Roma-Bari: Editora Laterza, 2004.
- ROIZ, Pero. *Vida do Padre José de Anchieta da Companhia de Jesus*. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1955.
- SANTOS, Zulmira Coelho dos. “Em busca do paraíso perdido: a *Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil* de Simão de Vasconcelos, S.J.”, in: CARVALHO, José Adriano de Freitas [dir.]. *Quando os frades faziam História*. Porto: Centro universitário de História da espiritualidade, 2001, p. 145-178.

- VASCONCELOS, Simão de. *Vida do Venerável Padre José de Anchieta*. Porto: Lello & Irmão Editores, 1953.
- ZERON, Carlos Alberto; RUIZ, Rafael. “A força do costume, de acordo com a Apologia pro Paulistis (1684)”. In: ALMEIDA, M.; VERGARA, M. (Orgs.). *Ciência, história e historiografia*. São Paulo: Via Lettera, 2008. p.359-381.